FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Moeda Mumbuca e a reprodução das desigualdades de gênero e raça em nível municipal.

Aluno: Samara Rodrigues Sampaio da Luz
Professor Orientador: João Akio Ribeiro Yamaguchi

SÃO PAULO 2024

Título: Moeda Mumbuca e a reprodução das desigualdades de gênero e raça em nível municipal.

1. RESUMO

O presente estudo apresenta uma investigação detalhada sobre o fenômeno da Moeda Mumbuca, focalizando sua relação com as desigualdades de gênero e raça em âmbito municipal. Através de uma abordagem interdisciplinar, exploramos os mecanismos pelos quais essa moeda social pode influenciar na mitigação das disparidades sociais. Nossa análise busca identificar como a moeda social contribui para a mitigação das desigualdades de gênero e raça no município de Marica.

Palavras-chaves :

Moeda Social; Desenvolvimento Local; Desigualdades; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento regional.

Sumário

1. Introdução..... 4
2. Referencial Teórico..... 5
    a. Moedas Sociais.....6
    b. Mumbuca..... 7
3. Renda Básica de Cidadania.....10
4. Metodologia.....11
5. Resultados financeiros E-dinheiro 15
6. Análise demográfica de gênero e raça no município de Maricá.....15
7. Discussão..... 16
8. Conclusão..... 17
9. Referências..... 17

1. Introdução

As moedas sociais são descritas como sistemas alternativos de troca e valor que visam fortalecer as comunidades locais e promover a cooperação, solidariedade e o desenvolvimento sustentável (QUIJANO, 2005; SINGER, 2005), essas moedas são "criadas e controladas pelas próprias comunidades" e operam principalmente em níveis locais ou regionais. Além disso, desempenham um papel complementar às moedas oficiais, estimulando o comércio local, a formação de redes de cooperação e o fortalecimento da economia comunitária (QUIJANO, 2002; SINGER, 2002). Ademais, essas moedas geralmente operam em níveis locais ou regionais e podem se funcionam como um complemento à moeda oficial de um país, estimulando o comércio local, a criação de redes de cooperação e o fortalecimento da economia comunitária (SOARES, 2009).

A moeda social mumbuca além de ter como objetivo atingir uma melhor economia local, ela também tem o objetivo da valorização do comércio e dos serviços locais, e de uma política pública de geração e distribuição de renda para a população . A última pesquisa feita em 2010 para o Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo município consta que Maricá ocorre uma pequena redução nas desigualdades. Em 1991 o índice de gini constava como 0,5638, no ano de 2000 o índice constou como 0,5511 e no último índice de gini publicado em 2010 era de 0,5098 então vemos uma pequena diminuição ao decorrer dos anos. Ademais o índice de GINI é um importante indicador municipal que apresenta uma numeração do índice de desigualdade (ÍNDICE DE GINI, 2021)

O Brasil contemporâneo demonstra uma estrutura permeada por desigualdades significativas, abrangendo tanto o âmbito social quanto o econômico. A abordagem comumente empregada para enfrentar essas questões envolve a implementação de políticas públicas, cujo propósito é mitigar os impactos das disparidades sociais e econômicas . Uma forma de mitigar essa desigualdade é implementando programas de transferência de renda, no Brasil, um dos maiores desafios destes programas concerne à logística de distribuição dos recursos, isto é, o processo de fazer o dinheiro chegar aos grupos mais pobres, justamente os mais afetados (Gonzalez & Cernev, 2020). É necessário fazer uma análise acerca de como fazer esse recurso final chegar na população de quais formas. Uma forma é pela moeda social, de acordo

com Joaquim Melo, as moedas sociais se caracterizam por fazer o dinheiro circular apenas em um determinado território, oxigenando as economias daquele lugar, na medida em que os consumidores são condicionados a comprarem em seu município. Ele destaca que quanto mais se compra localmente, mais se fortalece o comércio e crescem as cadeias produtivas (Melo, 2022). que tem como objetivo atender comunidades locais e são concebidas, emitidas e usadas por agentes locais, a fim de complementar o sistema monetário nacional. (Diniz, Cernev, Daneluzzi, & Rodrigues, 2018; Meyer & Hudon, 2019).

2. Refêrencial teórico

A Moeda Social Mumbuca foi criada em 2013, a mumbuca é uma moeda local, disponibilizada em cartão eletrônico. Utilizada em transações na comunidade participante, os principais pilares da moeda social são a transferência de renda e o fomento ao desenvolvimento local (PREFEITURA DE MARICÁ, 2023). Vemos que com a instituição da lei 2.448/2013, nós temos uma priorização na agenda municipal ao combate à desigualdade e contribuição com o desenvolvimento local e econômico regional. Conforme a Lei Municipal de Maricá nº 2.448/2013, que institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social, fica estabelecido que o Programa de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Maricá, como forma de combater as desigualdades sociais, fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios de atingimento a erradicação da pobreza e a geração de emprego e renda para as camadas mais carentes do município (PREFEITURA DE MARICÁ, 2023). Vemos que a operacionalização da moeda social Mumbuca é caracterizada pelo uso de um sistema digital de transferência de renda. Cada beneficiário do programa recebe um cartão de débito específico, carregado com valores em mumbucas, a moeda social local. Este cartão permite aos beneficiários realizar pagamentos de suas compras em estabelecimentos comerciais locais que aceitam a moeda social (MELO 2020). A execução das transações é facilitada pela plataforma digital e-dinheiro, que fornece a infraestrutura necessária para a realização de pagamentos de forma segura e eficiente.

De acordo com Silva e Almeida (2018), a Mumbuca é uma moeda social utilizada no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, criada para estimular a economia local e proporcionar uma rede de apoio financeiro às famílias de baixa renda. Essa moeda é distribuída através do programa de renda básica de cidadania, que visa complementar a renda das famílias mais vulneráveis. A alta porcentagem de pessoas com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo em 2010 justifica a implementação de políticas como a da moeda social Mumbuca. De acordo com Souza e Rodrigues (2020), programas de transferência de renda, como o da Mumbuca, têm um impacto positivo na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento local sustentável, ao incentivar o consumo nos comércios locais e a economia circular.

3. Renda básica e cidadania

O programa Renda Básica de Cidadania (RBC) é uma das iniciativas mais significativas de inclusão social no Brasil, destacando-se como um programa de transferência de renda que posiciona o município de Maricá à frente de outros no cumprimento da Lei Federal 10.835/2004. Esta lei institui a obrigatoriedade da RBC em todo o território nacional, visando assegurar condições mínimas de sobrevivência e dignidade a todos os cidadãos. Maricá é o único município brasileiro a implementar plenamente este dispositivo legal, servindo como um modelo de política pública inclusiva e eficaz. Cada beneficiário recebe um cartão de débito referente à sua conta bancária, e o pagamento é feito em mumbucas, por meio da plataforma digital e-dinheiro, em todos os estabelecimentos cadastrados, como supermercados, hortifrutis e farmácias de Maricá, entre outros (PREFEITURA DE MARICA 2021). Agora vendo quais são as pessoas que têm direito a esse benefício, para ter direito ao benefício, o morador precisa estar inscrito no Cadastro Único da União (CadÚnico) e residir em Maricá, no mínimo, por três anos. A renda da família deve ser de até três salários mínimos.

4. Metodologia

A iniciação científica intitulada "Moeda Mumbuca e a reprodução das desigualdades de gênero e raça em nível municipal" utilizou o método de estudo de caso para investigar a moeda social Mumbuca e sua relação com as desigualdades de gênero e raça. O estudo de caso é uma abordagem de pesquisa qualitativa que permite uma análise aprofundada de um fenômeno específico dentro de seu contexto real. Este método é particularmente útil quando se busca entender a complexidade e as nuances de situações sociais ou organizacionais. Segundo Yin (2001), o estudo de caso é ideal para abordar questões de "como" e "por que", oferecendo uma visão abrangente das dinâmicas presentes no contexto estudado. Além disso, as moedas sociais, como a Mumbuca, têm sido reconhecidas como ferramentas eficazes para promover inclusão social e econômica em comunidades marginalizadas (Blanc, 2011).

O principal objetivo deste trabalho é analisar como a moeda social Mumbuca contribui para a diminuição das desigualdades de gênero e raça no contexto municipal. A pesquisa busca identificar a relação entre o público-alvo da política (pessoas que ganham até três salários mínimos) e as variáveis de raça e gênero, explorando as limitações e a importância dessa política pública.

Primeiramente, foi realizada uma leitura do referencial teórico sobre a moeda social e suas implicações. Foi construída uma opinião fundamentada sobre o funcionamento da moeda social Mumbuca, suas limitações e sua importância como política pública. Na análise qualitativa, foram examinados os dados qualitativos disponíveis sobre a moeda social Mumbuca, focando nos números atuais e na implementação da política. Na análise quantitativa, foram utilizados dados do Censo IBGE de 2010 para analisar as seguintes variáveis por setor censitário: total de pessoas, porcentagem de pessoas da cor preta ou parda, porcentagem de mulheres e porcentagem de pessoas que ganham até três salários mínimos. Para cada variável, as porcentagens correspondentes foram calculadas dividindo os valores absolutos pela população total do setor censitário. Essa análise permitiu fazer uma relação entre a população-alvo da política (pessoas que ganham até três salários mínimos) e as variáveis de raça e gênero, destacando as desigualdades presentes e a eficácia da moeda social Mumbuca em enfrentá-las.

5. Análise dos resultados financeiros da plataforma e-dinheiro

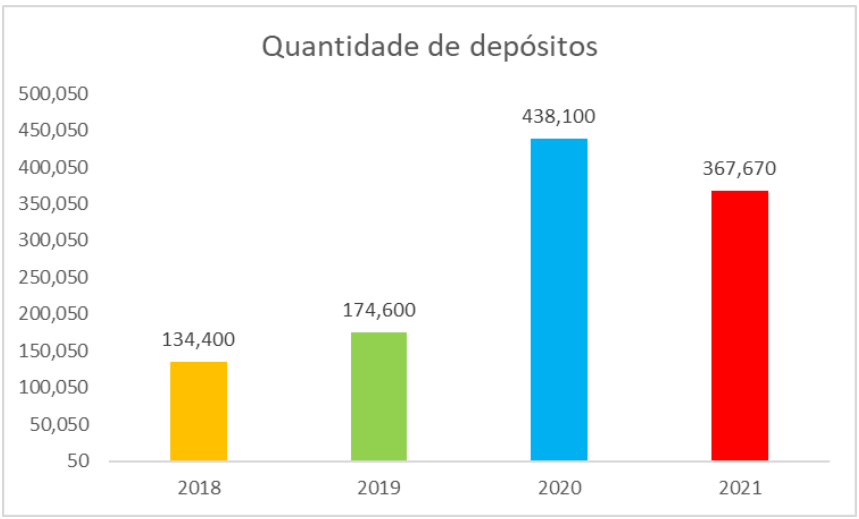
A plataforma que gera os recursos financeiros da moeda social Mumbuca é o e-dinheiro, uma plataforma digital que traz benefícios através de ferramentas tecnológicas. Essa plataforma é fundamental para a análise dos resultados financeiros de transferência digital no Município de Maricá.

Os relatórios da prefeitura de Maricá fornecem uma visão detalhada sobre a implementação e os resultados da moeda social Mumbuca. Eles incluem dados sobre a quantidade de transferências realizadas e a distribuição dos recursos entre diferentes grupos populacionais. Esses relatórios abordam pontos importantes, como a quantidade de pessoas pretas, pardas, brancas e indígenas no município, permitindo uma análise aprofundada das desigualdades raciais e de gênero no contexto da moeda social.

Entretanto, a profundidade com que esses relatórios tratam das perspectivas de gênero e raça pode variar. Em alguns casos, pode haver uma análise detalhada sobre como a distribuição dos recursos impacta diferentes grupos demográficos, destacando as disparidades existentes e a eficácia das políticas em enfrentá-las. Em outros casos, os relatórios podem se concentrar mais nos dados quantitativos gerais, sem uma análise específica sobre as implicações de gênero e raça.Para uma compreensão completa e aprofundada, é essencial revisar os relatórios disponíveis e verificar se eles incluem análises sobre as desigualdades raciais e de gênero. Essa revisão pode fornecer insights valiosos sobre a eficácia da moeda social Mumbuca em promover inclusão e equidade no município de Maricá.

Vemos que no gráfico “DEPÓSITOS REALIZADOS NAS CONTAS DIGITAIS MUMBUCA E-DINHEIRO” houve um crescimento constante no número de depósitos de 2018 a 2020. O aumento mais significativo ocorreu entre 2019 e 2020, com um crescimento de 150,9%. Esse crescimento pode ser atribuído a uma maior adoção das contas digitais, possivelmente impulsionada pela pandemia de COVID-19, que aumentou a demanda por serviços financeiros digitais.

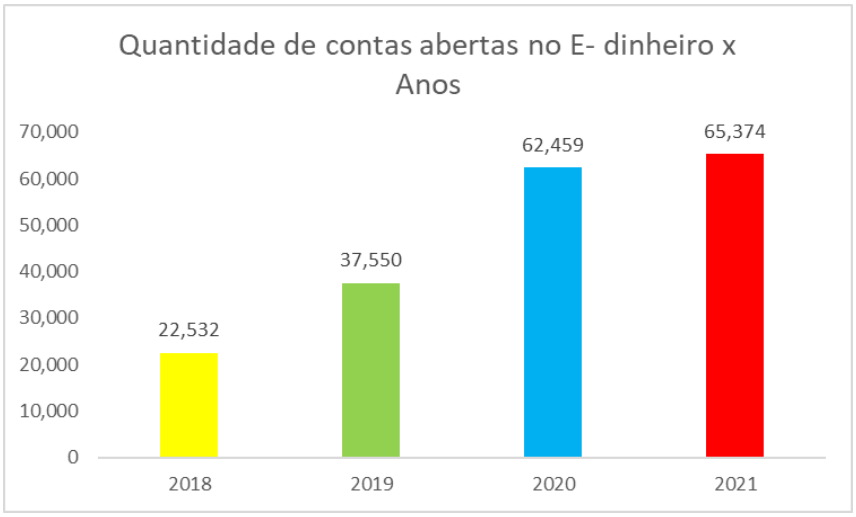
DEPÓSITOS REALIZADOS NAS CONTAS DIGITAIS MUMBUCA E-DINHEIRO



Fonte : Transparência e-dinheiro

A análise dos dados disponibilizados pela plataforma de transparência do e-dinheiro revela uma tendência crescente na abertura de contas digitais no Banco Mumbuca, associadas à moeda social Mumbuca, no período de 2018 a 2021. O gráfico intitulado "Contas Digitais Abertas no Banco Mumbuca – Plataforma E-Dinheiro" ilustra claramente esse aumento significativo. Esta expansão reflete a crescente adesão e confiança dos usuários na moeda social Mumbuca e na infraestrutura digital que a suporta.

CONTAS DIGITAIS ABERTAS NO BANCO MUMBUCA – PLATAFORMA E-DINHEIRO



Fonte : Transparência e-dinheiro

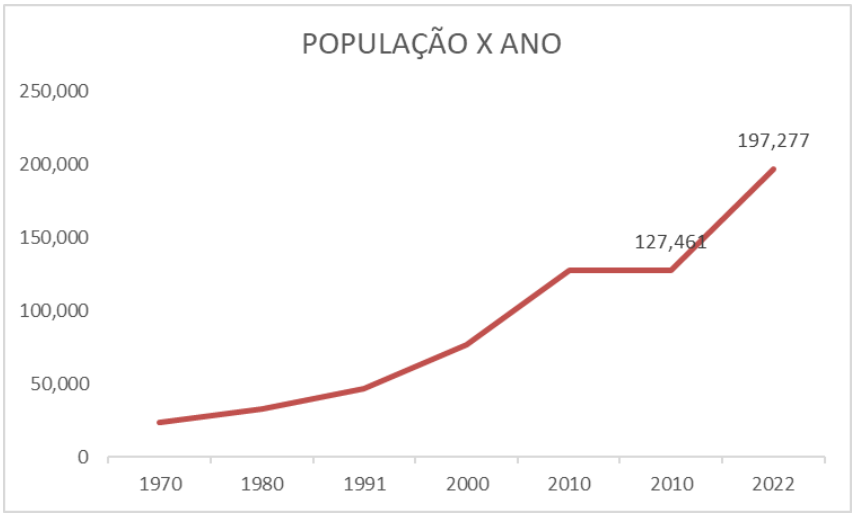
Analisando os resultados de 2022 divulgado pela transparência da prefeitura de Marica, a cidade repassou R$ 26 milhões aos beneficiários de quatro programas sociais principais: Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), Renda Básica da Cidadania (RBC), Programa de Amparo ao Emprego (PAE) e Fomenta Maricá. Esse sucesso é atribuído à determinação do governo municipal em utilizar a moeda social como um instrumento de apoio ao desenvolvimento da população.

Em março de 2022 um mapeamento feito pela prefeitura de Maricá, 12.608 microempreendedores locais e pequenos negócios são credenciados para receber e movimentar a Mumbuca. Incluindo as grandes empresas que participam do sistema, o número de estabelecimentos cadastrados na cidade chega a aproximadamente 18 mil. Quando analisamos vemos que a moeda social mumbuca gera uma enorme circulação da economia local do município.

Este modelo de transferência de renda baseado em moeda social digital demonstra uma inovação significativa no campo das políticas públicas de assistência social. Ele combina os benefícios da inclusão financeira, o incentivo ao desenvolvimento econômico local e a eficiência administrativa, servindo como um potencial modelo para programas similares em outras regiões.

6. Análise demográfica do Município de Maricá

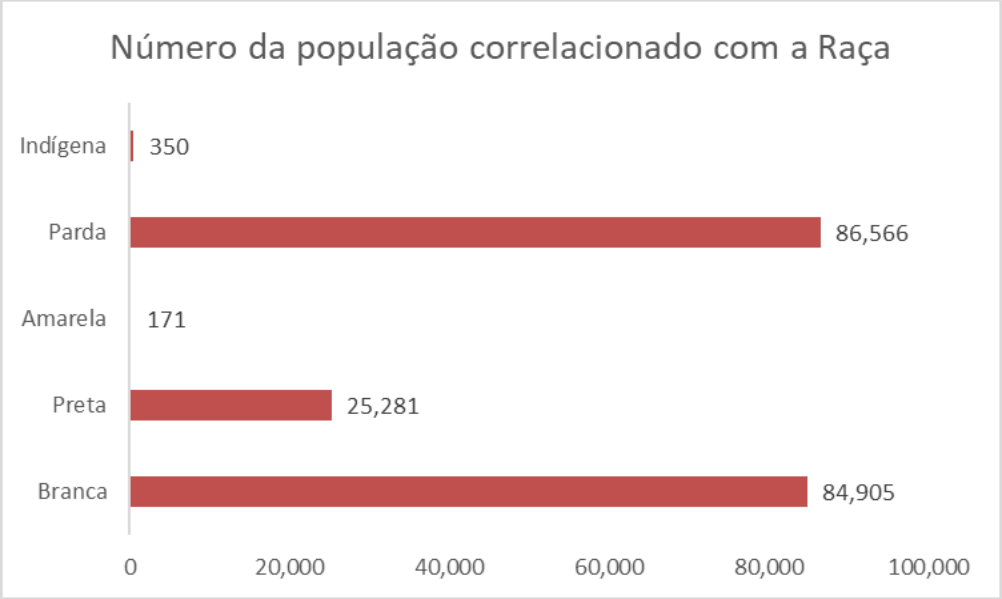
Quando analisamos a reprodução das desigualdades de gênero e raça em nível municipal , precisamos analisar qual o perfil demográfico da população e apresentar em qual público alvo está sendo atingido.



Fonte : IBGE 2022/ MARICÁ

O município de Maricá, localizado no estado do Rio de Janeiro, tem experimentado um significativo crescimento populacional nas últimas décadas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Maricá aumentou de 127.400 habitantes em 2010 para 197.000 habitantes em 2022. Esse crescimento representa um aumento populacional de aproximadamente 54,6% em um período de 12 anos.

Este crescimento populacional pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo o desenvolvimento econômico e a melhoria na infraestrutura local. Maricá tem se destacado por suas políticas públicas inovadoras, como a implementação da moeda social Mumbuca, que tem contribuído para a inclusão social e o fortalecimento da economia local. Além disso, a cidade tem investido em setores estratégicos como educação, saúde e habitação, criando um ambiente favorável para a fixação de novos moradores e a melhoria da qualidade de vida dos residentes.



Fonte : IBGE 2022 / MARICÁ

A análise dos dados revela que a maior parte da população de Maricá se identifica como Parda, totalizando 86.566 pessoas, o que representa aproximadamente 43,9% da população total. Em seguida, a população Branca é a segunda maior, com 84.905 pessoas, representando cerca de 43%. A população Preta, com 25.281 pessoas, constitui aproximadamente 12,8% do total. Os grupos Amarelo e Indígena são significativamente menores, com 171 e 350 pessoas, respectivamente, representando juntos menos de 1% da população total.

A Partir dessa análise demográfica do município de Maricá podemos ver que existe uma relação entre mulheres e políticas de transferência de renda, as relações entre mulheres e o Estado, impulsionado pelos programas de transferência de renda implementados no Brasil como programa Bolsa família que em suas condicionalidades somente pode ser recebido por mulheres, tem sido amplamente explorado por diversos pesquisadores. Dada a complexidade da questão, a literatura oferece múltiplos modelos explicativos que, embora coexistem, nem sempre se comunicam entre si. A discussão sobre a instrumentalização dos papéis femininos nas políticas de proteção social é abordada em diferentes perspectivas (Azorena, 2010; Gustá, 2013; Lavinas et al., 2012; Mariano & Carloto, 2009, 2013; Teixeira, 2010; Zibecchi, 2014).

a. Número de setores, total e sem domicílios e número de setores na case de informações, total e com dados omitidos, para as Grandes Regiões e as Unidade da Federação.

Grandes Regiões Unidades da Federação		Número de Setores				
Nome	Sigla	Total	Sem domicilio	Na Base de informações (1)		
				Total	Com Dados Omitidos	
					Total	%
Rio de Janeiro	**RJ**	**28318**	**549**	**27769**	**384**	**1,4**

Nós vemos que existem existem 28.318 setores no total no Rio de Janeiro. Já os Setores Sem Domicílio: Desses, 549 setores não têm domicílio. Os Setores Na Base de Informações: Existem 27.769 setores incluídos na base de informações. E Setores com Dados Omitidos: Dentro dos setores na base de informações, 384 setores (1,4%) têm dados omitidos.

7. Discussão do tema

A utilização de uma moeda social como a mumbuca, juntamente com uma plataforma digital, promove a inclusão financeira e o fortalecimento da economia local. Ao permitir que os beneficiários utilizem a mumbuca para adquirir bens e serviços, o programa não só assegura que os recursos permaneçam circulando dentro da comunidade, como também incentiva o desenvolvimento econômico local. Além disso, o uso de tecnologia digital para a gestão e distribuição dos recursos contribui para a transparência e a eficiência do programa, minimizando o risco de fraudes e garantindo que os benefícios cheguem de maneira direta e rápida aos destinatários (Gonzalez & Cernev, 2020).

Em 2010, 33,8% da população do município tinha um rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. Esse dado indica uma significativa parcela da população vivendo com recursos limitados, o que ressalta a importância de políticas públicas voltadas para a inclusão social e econômica.

Quando relacionamos os dados de renda dessa população vemos que a moeda social Mumbuca foi implementada como uma estratégia de economia solidária e inclusão financeira. Portanto, a correlação entre a significativa porcentagem de população de baixa renda e a adoção da moeda social Mumbuca é clara: a Mumbuca serve como um mecanismo essencial para aliviar a pobreza e promover a inclusão econômica, diretamente beneficiando aqueles que estão na faixa de rendimento mais baixo.A análise da moeda social Mumbuca, administrada através da plataforma digital e-dinheiro, oferece uma visão significativa sobre o impacto de políticas públicas inovadoras em comunidades locais. Os resultados obtidos revelam que a Mumbuca desempenha um papel crucial na promoção da inclusão financeira e social no Município de Maricá. No entanto, há algumas limitações que devem ser consideradas ao interpretar os dados e suas implicações.

Uma das principais limitações diz respeito à falta de uma análise aprofundada das questões de gênero e raça nos relatórios disponíveis. Embora os relatórios incluam dados quantitativos sobre a quantidade de pessoas pretas, pardas, brancas e indígenas, há uma carência de uma análise qualitativa que explore como a distribuição da moeda social impacta esses grupos de forma diferenciada. A ausência dessa análise limita a compreensão completa das dinâmicas de desigualdade presentes e impede uma avaliação robusta da eficácia da política em promover equidade racial e de gênero.

Outra limitação está relacionada à disponibilidade de dados atualizados e abrangentes. A dependência de dados do Censo IBGE de 2010, por exemplo, pode não refletir com precisão as condições socioeconômicas atuais da população beneficiada. Além disso, a análise dos resultados financeiros da transferência digital não inclui informações sobre possíveis variações sazonais ou geográficas que possam influenciar a eficácia da moeda social.

a. Sugestões para Estudos Futuros

Para aprimorar a compreensão dos impactos da moeda social Mumbuca, estudos futuros devem focar em uma análise mais detalhada das questões de gênero e raça. Pesquisas qualitativas que explorem as experiências dos beneficiários podem fornecer insights valiosos sobre as barreiras enfrentadas e as oportunidades criadas pela moeda social. Além disso, a coleta de dados mais recentes e abrangentes é essencial para uma avaliação precisa e atualizada da eficácia da Mumbuca.

Outra área de estudo recomendada é a análise do impacto econômico mais amplo da moeda social Mumbuca no comércio local e na economia de Maricá. Investigando como os comerciantes e a população local percebem e utilizam a moeda, os pesquisadores podem identificar áreas de melhoria e oportunidades para expandir o alcance e a eficácia da Mumbuca.

Por fim, seria benéfico realizar comparações com outras iniciativas de moedas sociais em diferentes localidades, para identificar práticas eficazes e adaptar estratégias que possam ser aplicadas em Maricá. Estudos comparativos podem revelar fatores contextuais que influenciam o sucesso ou os desafios enfrentados por essas políticas, contribuindo para o desenvolvimento de soluções mais eficazes e inclusivas.

8. Conclusão

A Partir da pesquisa, vemos que a moeda social Mumbuca demonstra que, embora haja desafios e limitações, a implementação dessa moeda social tem o potencial de promover inclusão financeira e social, contribuindo para a redução das desigualdades e o fortalecimento da economia local em Maricá.

REFERÊNCIAS:

MUNICÍPIO DE MARICÁ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 2.448, de 26 de junho de 2013. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. Maricá, RJ, 2013.

SILVA, Pedro Luiz Barros, e MELO, Marcus André Barreto de. (2000) O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos, NEPP-Unicamp.

PERELMAN, Chain, & OLBRECHTS-TYTECA. (2020). “Tratado da Argumentação: a nova retórica”. Introdução. 3 ª edição, São Paulo: Martins Fontes (1ª publicação em francês: 1992).

PEREIRA, Amanda Souza do Nascimento, ZEIDAN, Diego Cardoso Siqueira, SENRA,Lorena Thevénard & COSTA, Nathan Melo.(2020). As políticas públicas de economiasolidaria no município de Maricá. Ipea, Mercado de trabalho, setembro.
WEBER, Maria Helena. (2017).

Lima, J. P. (2018). Geografia Urbana e Desenvolvimento Socioeconômico. São Paulo: Editora Acadêmica.

Santos, M. (2019). Demografia e Planejamento Urbano. Rio de Janeiro: Editora Geográfica.

Silva, R., & Pereira, A. (2020). Administração Pública e Gestão Regional. Belo Horizonte: Editora Pública.

Silva, M., & Almeida, R. (2018). Moedas Sociais e Inclusão Financeira. Rio de Janeiro: Editora Econômica.

Souza, P., & Rodrigues, T. (2020). Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. São Paulo: Editora Social.